

AS REAIS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Luana Inácio de Freitas da Silva

Graduada em Pedagogia/ISECENSA

Margareth de Almeida Nunes

Graduada em Pedagogia/ISECENSA

Liliana Azevedo Nogueira

Doutoranda em Engenharia da Informática/Sociedade da Informação e do Conhecimento – UP/Salamanca/
Espanha

lilyan_24@hotmail.com

1. Introdução

Historicamente, sabemos que há algumas décadas atrás, a inclusão da criança com alguma necessidade especial na classe regular não era realizada. Os próprios familiares segregavam seus filhos deficientes: auditivos, mental, visual ou com síndromes. Só depois da efetivação da Declaração de Salamanca de 1994, que começou a ser mudada essa situação. Porém até hoje há uma resistência em acolher essas crianças no ensino regular.

Muito tem se falado sobre o assunto e muitos projetos e capacitações estão sendo desenvolvidos e implantados nos mais variados segmentos da educação. Apesar de todas essas ações, ainda há na cabeça do professor uma série de incógnitas e, até, o pavor de chegar um dia e encontrar em sala um aluno novo e ele ser portador de necessidades especiais.

Conforme a Constituição Federal, o aluno deve ter a cobertura máxima e necessária para preservar seus direitos, mas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante aos professores alguns direitos e deveres. Não podemos ser especialistas, mas podemos aprender a entender o mundo deles e fazer parte dele.

Segundo Cavalcante (2004, p.32).

“(…) a solução para valorização dos alunos está em identificar e exaltar as capacidades de cada um, em vez de colocar em primeiro plano as possíveis limitações, adotar uma postura positiva e incentivar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, são passos importantes para que eles comecem a se conhecer o que tem de bom.”

Vivemos um momento histórico caracterizado por mudanças, mas também pelo surgimento de oportunidades principalmente na área pedagógica. Talvez seja esse o momento de se passar da idéia de que “Todos devem ter as mesmas oportunidades” para a noção de que “Todos deveriam ter oportunidades diferentes”. Não parece correto ter como ponto de referência as deficiências ou incapacidades, mas sim compreender que o importante é o ser humano.

Uma das grandes dificuldades no trabalho com os portadores de necessidades especiais é o “preconceito”, que infelizmente existe, e não só por parte dos adultos. As crianças são, talvez, nosso maior desafio na aceitação, pois é o reflexo de como se trabalha isso em casa e na escola. Uma criança sem maldade e sem preconceitos arraigados, aceita mais facilmente as diferenças, já no adulto prevalece outros sentimentos, isso gera uma reação quase sempre negativa.

O nosso foco em estudar esse tema sobre a inclusão, no ensino regular da criança com deficiências é desvelar as vantagens e desvantagens que trará para o meio acadêmico. Sabemos que o preconceito trafega em vias de contra-mão e ainda não está havendo a inclusão, e sim a integração dessas crianças, porém através destes estudos esperamos contribuir para melhorar a visão de inclusão no ensino regular, alertando para importância do desse tema que aborda diretamente o respeito às diversidades de uma sala de aula.

A nossa Constituição estabelece em seu artigo 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino.

“A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais”.(Rosseto, 2005, p. 42)

As dificuldades no processo de inclusão escolar formam uma rede de situações que vão influenciando umas às outras, gerando, ao final, novos processos de exclusão dos alunos. Esta rede de situações se origina, pois cada participante, com suas atitudes e pensamentos, vão interferindo no processo educacional, vai cristalizando idéias, reafirmando conceitos e pré-conceitos, que por sua vez, são manifestos de forma subjetiva e/ou concretamente.

Diante desta reflexão, nosso estudo partirá do diagnóstico e análise das reais possibilidades de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições escolares. Descortinando este tema, temos como questionamentos: Como lidar com a insegurança e ansiedade dos pais, dos educandos e dos educadores frente à inclusão de portadores de diferenças na escola regular? Quais são as principais resistências para inclusão? Como derrubar os preconceitos da inclusão? Quais vantagens da inclusão para um educando sem deficiência estudar junto com uma criança com deficiência? No sistema de inclusão os educandos com necessidades especiais não estarão mais sujeitos à preconceitos e discriminação?

O que esperamos com este trabalho é gerar uma reflexão para os educadores que lidam com as crianças com necessidades especiais.

1.1. Objetivo Geral

- Analisar as reais possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares.

1.2. Objetivos específicos

- Identificar estratégias e recursos de apoio para melhorar a qualidade da aprendizagem de todos os alunos, com uma ênfase naqueles que enfrentam barreiras para aprender;
- Refletir sobre os preconceitos, as expectativas e as práticas docentes que condicionam o comportamento e a aprendizagem das crianças, considerando-se as diferenças de gênero.
- Reconhecer o direito à educação de todos, independente de suas características e condições sociais.

2. Metodologia

Neste trabalho, a metodologia enfatizou a pesquisa bibliográfica referente ao tema: Inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. A pesquisa tem por objetivo mostrar as reais possibilidades de inclusão dessas crianças e a forma de aprendizagem que está sendo trabalhada.

É uma pesquisa bibliográfica porque é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, teorizando assim, o conteúdo pesquisado de acordo com SASSAKI,1999; CALVACANTE 2004; ROSSETO 2005; STAINBACK 1999; PAULA 2006; BUSCAGLIA 1993; MANTOAN 2006; Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada pela ONU em 1990; Declaração de Salamanca de 1994; Lei nº 9.394 de 20/12/96, da Constituição Federal Lei de Diretrizes e Bases (LDB); O relatório e resolução da Conferência de Jomtien, na Tailândia 1990.

O universo desta pesquisa foi a Escola Municipal Manoel Ribeiro, localizada no bairro Tapera e público alvo as crianças com algum tipo de necessidade especial do Ensino Fundamental I, focando as reais possibilidades de aprendizagem dessas crianças.

Para tanto, esta pesquisa se constituirá um estudo de campo, que nos permitirá um maior

aprofundamento referente ao tema “INCLUSÃO”.

Para maior compreensão será realizada entrevista direcionada aos professores e pais de alunos com necessidades especiais.

3. Análise e discussão dos dados

Em busca de descortinar os questionamentos já expostos no início da pesquisa, analisamos as reais condições de inclusão de crianças com necessidades especiais de aprendizagem no ensino regular público. Para descortinar o tema desta investigação realizamos uma pesquisa de campo com 60 professores e 30 pais da rede municipal de ensino.

De acordo com a figura 1, 87% dos entrevistados responderam que a inclusão requer principalmente a capacitação profissional dos professores e funcionários, mudanças no projeto-pedagógico e estrutura da escola, 9% acreditam que a inclusão requer apenas mudanças na estrutura física e 4% acham que a inclusão não requer mudança nenhuma.

A inclusão é percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nesta perspectiva, todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso de cada aluno. Assim, nenhum profissional de ensino pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão (GONZALEZ, 2002).

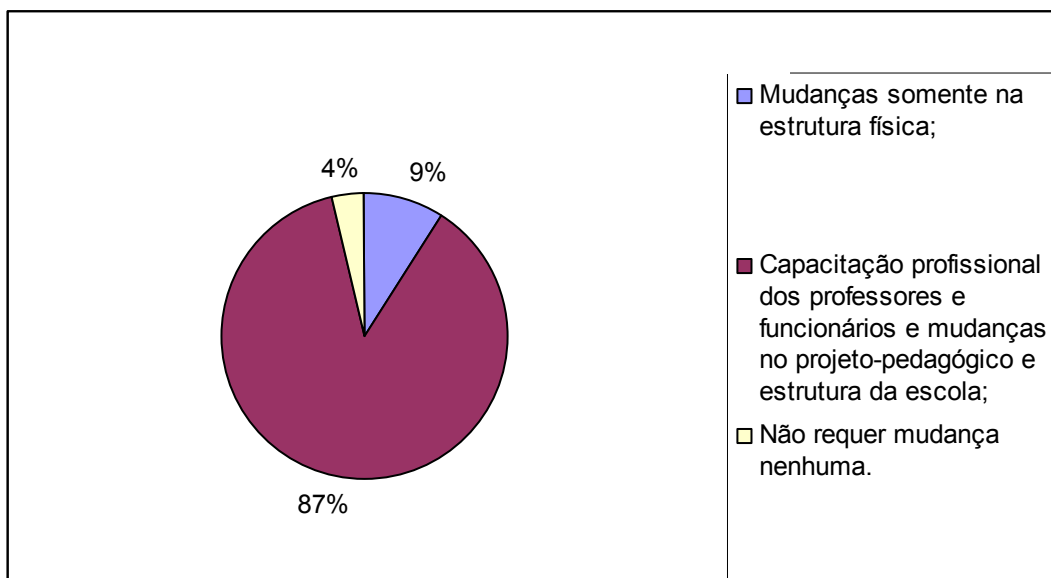


Figura 1: O que a inclusão requer

Conforme a figura 2, 46% dos entrevistados apontou como principal dificuldade no processo de inclusão, adequação aos métodos de ensino em atividades coletivas, 28% concordaram com a falta de conscientização dos pais em relação às dificuldades de seus filhos e 26% com a falta de capacitação profissional.

Nesta visão podemos citar que fazer parte de um grupo implica partilhar interesses e aprendizagens feitas no mesmo. O professor deve fazer seu planejamento, quando recebe educandos com necessidades educacionais especiais, adaptando suas atividades as necessidades desses alunos, mediando e despertando o interesse dos mesmos no ensino, para facilitar a aprendizagem. Porém, o mais importante que ele o acolha com carinho, paciência, respeitando suas limitações.

De conformidade com o artigo 13 da LDB, em seus incisos I e II, ressalta-se o necessário protagonismo dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico.

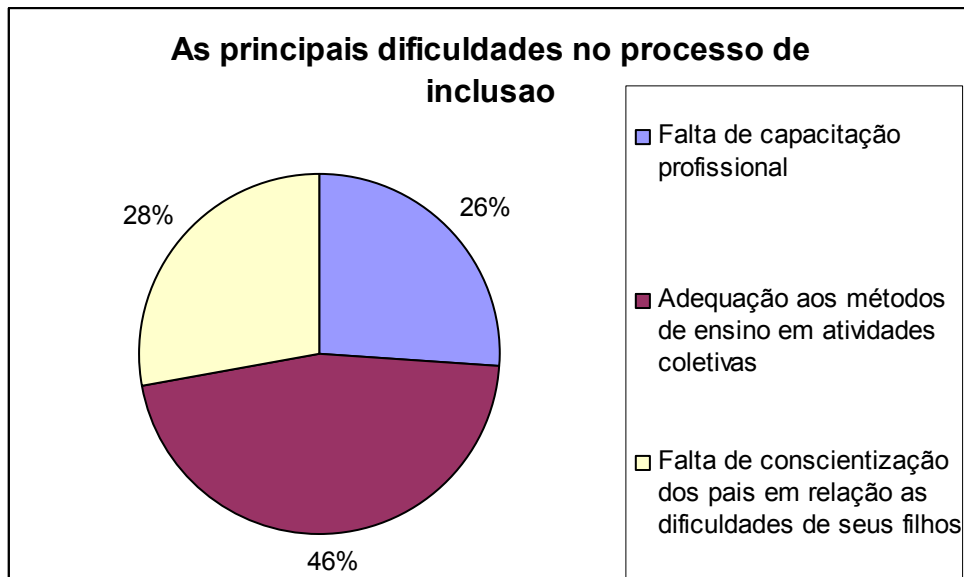


Figura 2: Dificuldades do processo de inclusão

Na figura 3 80% dos entrevistados concluíram que as escolas regulares municipais não estão preparadas para a inclusão e apenas 20% concordam que as escolas estão preparadas.

Nessa corrida, a escola sofre pressões por todos os lados para acompanhar as novas propostas e saber lidar indiscriminadamente com a diversidade do público que deve atender, mas ainda sofre fragmentações em suas estratégias inclusivas.

Conforme artigo 13 inciso II da LDB, não é o aluno que tem que se amoldar ou se adaptar a escola, mas é ela que, consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo.

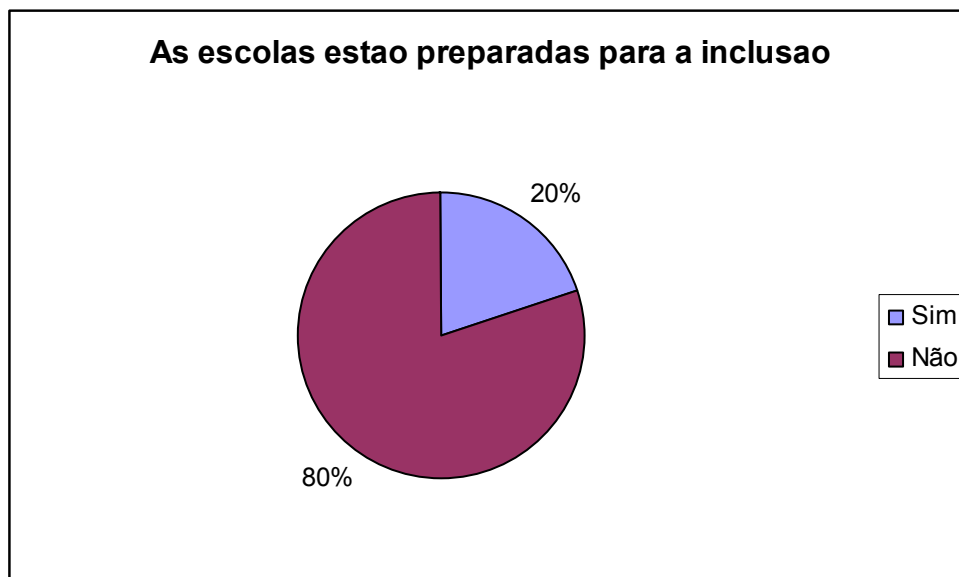


Figura 3: Preparação das escolas para inclusão

Segundo observação em relação às mudanças na escola (figura 4), 48% das pessoas entrevistadas afirmaram que não houve mudanças no processo de aprendizagem, 28% afirmaram que não houve mudança física na estrutura da escola e 24% observou que não houve nenhuma mudança. Desta forma criou-se uma barreira no processo ensino-aprendizagem.

Entendemos que temos que começar a crer para criar, a partir da perspectiva de Carvalho (2004), que nos lembra: “uma cultura escolar que permita atender ao alunado respeitando suas diferenças, de tal maneira que propiciem mudanças no pensamento pedagógico dos professores e que estas possam incidir em sua prática profissional”.

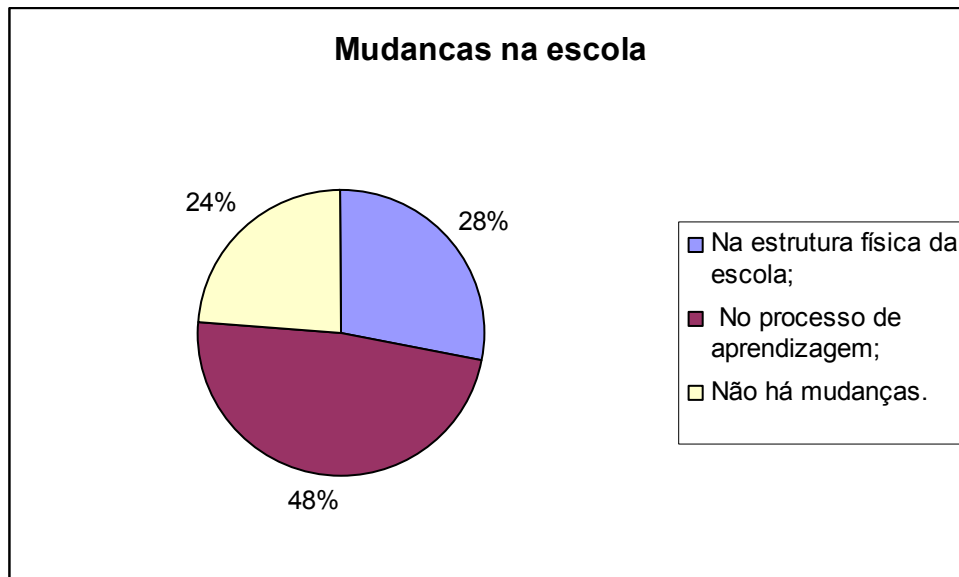


Figura 4: Percepção das mudanças na escola com a LDB

Os pais concordam em 57% que as escolas regulares municipais não atendem as necessidades básicas escolares dos seus filhos, isto é, não estão adaptadas em relação à estrutura física nem ao processo de ensino-aprendizagem e 43% afirmaram que a escola atende as necessidades de seus filhos.

Conforme a Constituição Federal, o aluno deve ter a cobertura máxima e necessária para preservar seus direitos e de acordo com Cavalcante (2004, p.32), a solução para valorização dos alunos está em identificar e exaltar as capacidades de cada um, em vez de colocar em primeiro plano as possíveis limitações, adotar uma postura positiva e incentivar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, são passos importantes para que eles comecem a se conhecer o que tem de bom.

A maioria das escolas regulares fundamentais vem fazendo um atendimento em sala de recurso, que apesar de não poder considerar inclusão na sua totalidade, não podemos descartar esse trabalho que esta sendo de extrema relevância para os que necessitam de maiores mediações no processo ensino-aprendizagem.

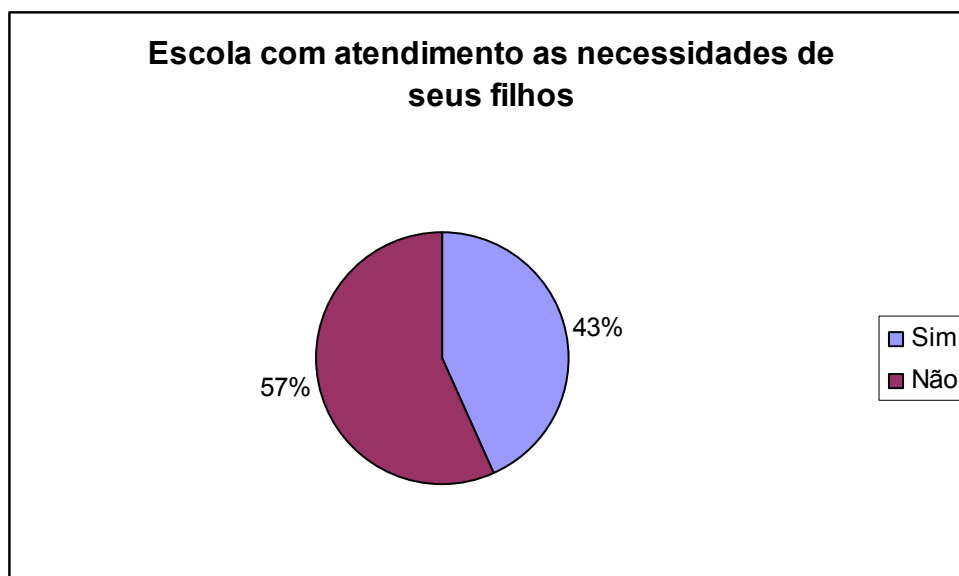


Figura 5: Atendimento às necessidades

De acordo com os pais, 69% afirmaram que não houve desenvolvimento cognitivo em seus filhos após freqüentarem a escola regular, 31% reconhecem um pequeno desenvolvimento cognitivo. Entretanto os pais reconhecem que houve avanço especial no desenvolvimento social.

Segundo Rosseto (2005, p. 42), a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de

ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada, o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais.

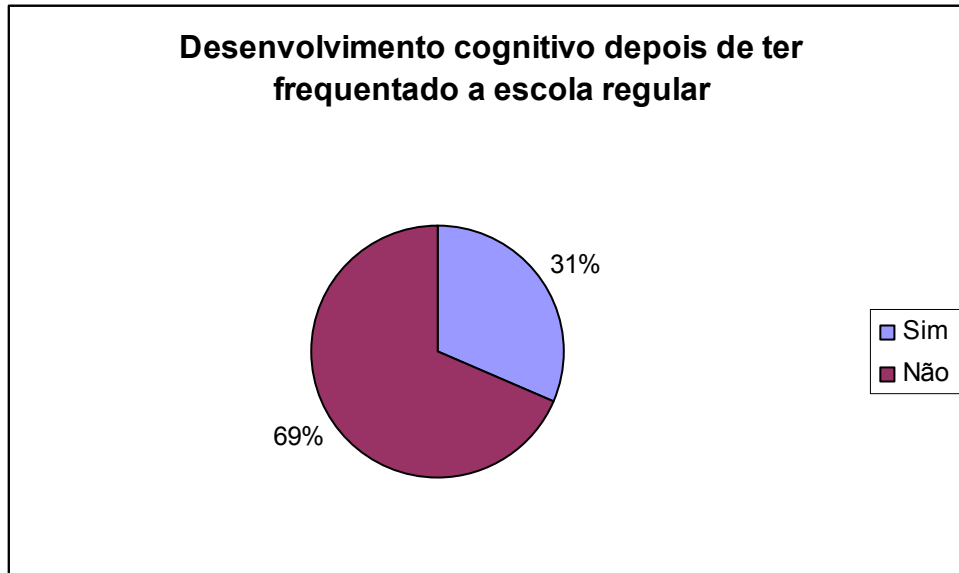


Figura 6: Desenvolvimento cognitivo após freqüência na escola regular

4. Considerações Finais

Considerando a importância do papel do professor e da escola, abordamos as reais condições atuais de inclusão das pessoas portadoras de diferenças nas escolas regulares.

A Educação Especial, como uma modalidade de educação escolar que perpassa todas as etapas e níveis de ensino, está definida nas Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica que regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

Ora, se a escola comum tem como compromisso difundir o conhecimento universal, certamente terá de saber lidar com o que há de particular na construção desse conhecimento para alcançar seu objetivo. Mas, ainda assim, terá limitações naturais para tratar o que há de subjetivo nessa construção com os alunos portadores de diferenças, principalmente com a diferença mental. Esse fato já aponta e demonstra a necessidade de um espaço para esse fim, que não seja eminentemente clínico e que resguarde a característica tipicamente educacional.

Para esse fim, está previsto na Constituição de 1998 “o atendimento educacional especializado aos portadores de diferenças”, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção.

Em seu artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, principalmente, na rede regular de ensino.

De um lado escola sem adaptação, professores despreparados. Do outro, Governo incentivando à inclusão pretendendo acabar com o Ensino Especial. É este o dilema da inclusão na educação.

A preocupação maior em relação aos portadores de diferenças não é em acolhê-los e sim em estar preparados para recebê-los dentro de um contexto geral. Diante disso, é necessária uma preparação exclusiva aos profissionais que atuam na área de educação. É preciso dar o primeiro passo, mas temos que nos conscientizar que o caminho tem vários obstáculos e que necessariamente precisam ser ultrapassados. Considerando a barreira inicial do primeiro passo para o primeiro degrau, aflorou a necessidade de pesquisar e se aprofundar em relação às reais condições em escolas regulares referentes a inclusão no seu sentido mais amplo e peculiar, com o objetivo principal de ter um embasamento para incluir sem excluir.

Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por esse motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar

o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico.

Porém, a solicitação destes recursos costuma ser propostas apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso. A equipe, não raro, ao invés de estar desde o princípio acompanhando o trabalho do professor com toda turma, é utilizada como último recurso para encaminhar somente aqueles alunos com dificuldades extremas em relação à aprendizagem. Neste sentido, o papel da escola fica restrito ao encaminhamento para outros serviços que, via de regra, só reforçam a individualização do problema.

Uma proposta baseada em tal concepção caminha na contramão do processo de inclusão já que coloca uma divisão entre os alunos, sublinhando aqueles que necessitam de intervenção de uma equipe e aqueles que não a necessitam. Fazer com que alguns alunos fiquem “marcados” como problemáticos e como únicos casos que demandam apoio da equipe só contribui para que sua dificuldade de inserção no grupo se acentue. É preciso considerar não só o aluno a ser incluído, mas também o grupo do qual ele participará.

Algumas metodologias para tratar dessa questão propõem a individualização do ensino através de planos específicos de aprendizagem para o aluno. Esta concepção tem como justificativa a diferença entre os alunos e o respeito à diversidade. Porém, como pensar em inclusão se os alunos com dificuldades e, apenas eles, tem um plano específico para aprender?

Um plano individualizado, nessa perspectiva, pode ser um reforço a exclusão. Levar em conta a diversidade não implica fazer um currículo individual paralelo para alguns alunos. As flexibilizações curriculares são fundamentais no processo de inclusão educativa. Porém, é necessário pensá-los a partir do grupo de alunos e a diversidade que o compõe e não para alguns alunos tomados isoladamente.

Fazer parte de um grupo implica partilhar interesses e aprendizagens feitas no mesmo. Que inclusão pode ocorrer caso um grupo todo esteja trabalhando determinado tema, determinado problema, com exceção dos alunos x e y, que têm objetivos de natureza funcional a serem alcançados? Com que base será feita a socialização e a integração dos mesmos no grupo? Uma inclusão educativa que não esteja atenta a tais questões, apenas cristaliza a diferença do aluno com a diferença dentro da sala de aula regular e reforça a sua exclusão, ainda que partilhe o mesmo espaço físico que os outros.

Considerando que a inclusão de crianças com necessidades educacionais diferentes produz impasses no cotidiano escolar que exigem um constante repensar das práticas pedagógicas, é importante a análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no país.

As escolas, de um modo geral, têm conhecimento da existência das leis que acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada desses alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns empecilhos. Pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definição mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação.

O desafio está lançado e não há caminhos prontos a trilhar, mas a desbravar. Reconhecemos que desenvolver um processo de educação inclusiva não é algo fácil. Requer planejamento, aceitação das diferentes maneiras de ser e de se expressar de cada educando, assim como uma reflexão permanente sobre as práticas apreendidas na escola, visando a oferta de respostas adequadas às suas necessidades.

Para tanto, urge uma mudança no sistema de valores e crenças existentes na organização dos serviços, nas formas de perceber os alunos de uma maneira geral, sejam eles considerados dentro dos padrões da normalidade ou apresentem algum tipo de necessidade educacional especial, como também na forma de ensiná-los, de apoiá-los, de avaliá-los, com suas necessidades individuais.

É necessário investir cada vez mais neste sentido, a partir da realidade vivenciada nas escolas que constituíram em campo para as investigações empreendidas por integrantes de nossa base de pesquisa, vemos avanços significativos ocorrendo como, por exemplo, barreiras do medo, do desconhecido, do preconceito, da descrença, sendo aos poucos derrubadas. Testemunhamos progressos sociais de muitos alunos em ambientes comuns de ensino, professores se empenhando para conhecer mais sobre como atuar com as diferenças de seus alunos, embora esses não tenham respaldo necessário como deveriam, deixando o desenvolvimento cognitivo destes alunos ainda aquém dos demais.

Profissionais de várias áreas de conhecimento e instituições se reúnem para discutir a questão da inclusão e buscar caminhos para desenvolver esse processo. Algumas escolas desenvolvendo uma pedagogia centrada nas necessidades dos alunos. Sabemos que estas experiências ainda são poucas, mas em nossa realidade alguns passos são dados.

As pessoas com deficiências estão dividindo os mesmos espaços com as pessoas “sem deficiência” e dando lugar a um novo entendimento da condição existencial e novas formas de tratar tal condição.

Tais ações implicam o reconhecimento e o respeito pelas diferenças, numa manifestação à diversidade humana. É certo que precisamos ampliar as discussões sobre o tema, também é certo que muito ainda está por fazer.

O processo de inclusão, como veementemente vem enfatizando Sasaki (2003) é um processo de construção de uma sociedade para todos, e dentro desta sociedade um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à felicidade ou, como outros lhe pretendem chamar, à qualidade de vida.

A partir do compartilhamento desses saberes e experiências temos a convicção de que é preciso persistir, aceitar desafios, acreditar que a inclusão é algo possível e necessário principalmente investir tempo, esforços e recursos para que ela deixe de ser apenas um aspecto garantido na legislação e em documentos educacionais, uma utopia ou mera forma de formalidade como ainda é considerado por muitos, para ser uma realidade nas escolas regulares brasileiras de uma forma geral.

O trabalho docente caracteriza-se como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não-escolares, sob determinadas condições históricas. Nesta perspectiva, o docente é um profissional da educação, em ação e interação com o outro, produtor de saberes na e para a realidade. A docência define-se, pois, como ação educativa que se constitui no ensino-aprendizagem, na pesquisa e na gestão de contextos educativos, na perspectiva da gestão democrática.

Sendo assim, finalizamos este trabalho com a certeza de que o Curso de Pedagogia nos impulsionou de forma positiva a realizar esta prática como profissionais da educação que acredita que a inclusão é algo possível e necessário para as instituições escolares.

5. Referências Bibliográficas

- BUSCAGLIA, L. *Os deficientes e seus pais*. Tradução Raquel Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CALVACANTE, Meire. Alunos Diferentes? In: *Revista Nova Escola*. São Paulo: Abril. Edição 173, 2004.
- CARVALHO, Rosita E. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, 1990.
- DELORS, Jaques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 1999.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. *Educação inclusiva*, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão e educação: o que é? Por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- _____, Maria Teresa Eglér. *O direito de ser, sendo diferente, na escola*. In: RODRIGUES, David (org.) *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação*. São Paulo: Summus, 2006.
- PAULA, Jairo. *Inclusão. Mais que um desafio escolar, um desafio social*. 2ªed. São Paulo/SP: Jairo de Paula Abril/2006
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5 Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- _____, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5 Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.